

A INDEPENDÊNCIA E O LUGAR DA NAÇÃO NO IMAGINÁRIO DA ELITE POLÍTICA BRASILEIRA

*Rodrigo Patto Sá Motta**

Resumo

Este artigo analisa a construção do imaginário político nacional num período crucial: a Independência do Brasil. No momento da ruptura com Portugal, abriu-se a necessidade de elaborar um novo arranjo político, o qual passava também pela constituição de um imaginário nacional. Nesse sentido, a análise foi concentrada principalmente nas elites condutoras do processo de independência, atores privilegiados no cenário político. Foram enfocadas também as discussões e os embates travados em torno da temática nacional, que encerrava definições políticas fundamentais para o funcionamento do Estado brasileiro.

Introdução

O século XIX foi marcado, no mundo sob influência européia, pela construção das nações e dos Estados nacionais. A chamada 'questão nacional', ou 'princípio das nacionalidades', foi um dos pontos centrais nos debates e embates políticos do período. Com muita frequência, as aspirações nacionais faziam parte dos programas dos revolucionários, quando não constituíam o próprio núcleo da revolução.¹

A emergência da questão nacional está intimamente ligada às profundas transformações, atuantes em diversas dimensões, que produziram o mundo contemporâneo. O tema nacional emerge junto com o processo de modernização política e econômica originador das sociedades industriais e liberais.

* Professor do Departamento de História da UFMG, mestre em História.

No que diz respeito à economia, a organização dos Estados em bases nacionais contribuiu sobremaneira para a dinamização dos processos relacionados à produção e à troca de mercadorias. A implantação de uma máquina estatal moderna, unitária, suplantando os particularismos regionais, abriu caminho para a ação dos agentes econômicos. O Estado nacional criou um mercado nacional e um sistema fiscal e monetário único, inovações que obviamente trouxeram desdobramentos positivos para a economia. Alguns historiadores sustentam que a fragmentação da Europa ocidental em Estados nacionais distintos foi crucial para o desenvolvimento capitalista. O estabelecimento de uma situação de concorrência entre as diversas entidades nacionais favoreceu o crescimento econômico.² A situação contrária reforça o argumento. Aqueles Estados que não modernizaram suas bases na perspectiva nacional tiveram um desempenho econômico mais modesto. Os melhores exemplos podem ser encontrados na Europa Oriental, onde a persistência de grandes estruturas estatais imperiais emperrou consideravelmente o dinamismo da economia. Resumindo, os Estados nacionais eram mais adequados à modernização econômica.

Do ponto de vista político, o tema nacional surge em consonância com a crise dos Estados 'absolutistas' e com a construção de uma ordem liberal. A revolução liberal propunha, em contrapartida à antiga soberania real, a soberania nacional. Na ordem liberal, a fonte do poder não é mais o rei, é a nação. O poder não é mais de uma pessoa em particular, é do conjunto da sociedade. O indivíduo não é mais um mero súdito do poder real, é um cidadão dotado de liberdade, direitos e deveres. A nação é constituída pelo conjunto de cidadãos que estabelecem um contrato, o qual articula uma ordem política garantidora da liberdade de cada um. É claro que a nação vislumbrada na ótica liberal não é necessariamente democrática, porque muitas vezes os direitos implicados na cidadania não são estendidos a todos. De qualquer modo, o conceito moderno de nação surge a partir da elaboração liberal de que o poder deveria emanar do povo.

É interessante abordar esta questão tendo em vista as transformações que ocorrem no imaginário coletivo. Na medida em que a nação foi tomando o lugar do rei como fonte legitimadora da ordem política, toda uma construção simbólica e mitológica é criada. Todas as formas de exercício do poder necessitam de símbolos e imagens para se fazerem

representar no nível da mentalidade popular, fenômeno essencial para a obtenção de legitimidade e, portanto, de obediência política.³ Na medida em que o poder real 'absoluto' e autocrático foi sendo questionado e, muitas vezes, derrubado, os símbolos e mitos ligados a ele foram igualmente desbancados. Ao imaginário simbólico elaborado pelas monarquias emergentes no período moderno, centrado no estabelecimento de uma imagem mítica do rei⁴ – o rei-herói, o rei-divino, o rei dotado de um corpo místico⁵ – foi sobreposto o imaginário nacional. A nação, nova fonte do poder, passa a ser dotada ela própria de um *construto* mitológico e simbólico com a função de representar e legitimar a nova ordem: as bandeiras, os hinos, os heróis; o mito da nação como um corpo uno e indivisível, dotado de interesses e aspirações comuns. Este aparato atua com muita força no nível do imaginário social, contribuindo destacadamente para a legitimação da ordem liberal-nacional.

A construção da nação brasileira

Durante grande parte do século XIX, portanto, foi dominante a perspectiva liberal da nação, centrada na concepção do pacto político como elemento fundador do arranjo nacional.⁶ Esse era o quadro dominante na época em que o Brasil estabeleceu o seu Estado nacional: prevalecia o ideário liberal e este marcou profundamente a Independência do Brasil. A formação do Estado nacional brasileiro só pode ser entendida se nos reportarmos à sua inserção no quadro global. De fato, a emergência do Brasil como nação autônoma guarda estreita proximidade com as transformações vividas pela Europa: a inspiração e o ideário que nortearam os líderes brasileiros deviam muito à cultura européia.

No que se refere à construção da nação brasileira e até mesmo ao surgimento de uma consciência e de um imaginário nacional, o momento da independência é de suma importância. Com o rompimento do pacto colonial tornou-se necessário estabelecer uma organização nacional própria, baseada num arranjo político-social que lhe desse sustentação.

Tratar-se-á aqui, principalmente, da atuação que teve nesse processo a elite política condutora da independência. É fato que na

maioria dos países europeus cujos Estados nacionais foram construídos no século XIX a formação do espaço nacional e mesmo do nacionalismo foi obra de elites, ocupando os intelectuais um papel central. No caso brasileiro ocorre o mesmo, com uma pequena elite tomando a frente e liderando a formação do Estado nacional. Neste trabalho analisaremos, particularmente, a forma como a elite política dirigente do processo de formação do Estado nacional pensou e projetou a construção da nação.

A palavra construção tem sido muito utilizada até aqui, e ela é a mais adequada para descrever o que se passou. A nação brasileira e sua unidade foram construídas, isto não estava pronto nem garantido. No momento da independência não havia uma compreensão homogênea sobre o que deveria ser a nação brasileira, nem mesmo entre as elites das diversas regiões do país. A proposta de fundar um espaço nacional único nos territórios das colônias portuguesas da América do Sul não era em absoluto consensual.

As províncias do Maranhão, Piauí e Pará, por exemplo, hesitaram durante cerca de um ano antes de entrar para o pacto nacional brasileiro. Essa região tinha contatos mais estreitos com Lisboa do que com o Rio de Janeiro e, portanto, a hesitação não é de admirar. Na Bahia, parte da elite local pretendia continuar ligada a Portugal. Em função disso, deu apoio ao exército português estacionado na região no sentido de opor-se à independência. Foi preciso uma mobilização militar razoável e uma guerra local para garantir a adesão da rica província baiana. Pernambuco também ameaçava não aderir à nova nação brasileira, mas por motivos opostos. Havia uma forte tendência republicana na região, a qual não via com bons olhos a transformação do Brasil em Império. Pensava-se em transformar Pernambuco numa República isolada do resto do Brasil. Efetivamente, tentou-se colocar esse projeto em prática em 1824, com a Confederação do Equador.

Enfim, não havia uma consciência nacional homogênea e nítida no conjunto das províncias brasileiras.⁷ Frequentemente, prevalecia um provincianismo, um patriotismo local desconfiado em relação ao papel central que o Rio de Janeiro estava adquirindo com a Independência. Temia-se que o Rio se transformasse numa nova metrópole dominadora, substituindo a antiga.

É certo que o processo de estabelecimento de uma consciência nacional foi entravado pela maneira como a independência ocorreu, com

pouca mobilização popular. Apenas um pequeno grupo da população se envolveu com as lutas políticas que originaram o desligamento com Portugal. De qualquer modo, esse escasso grupo constituiu uma elite – bastante influenciada pelas idéias liberais – que conseguiu dirigir o processo de emancipação.

O príncipe D. Pedro, deixado no Brasil por D. João VI, era talhado para desempenhar o papel principal num movimento independentista que não queria provocar grandes comoções ou mobilizações. Os moderadíssimos liberais brasileiros, para sua felicidade, tiveram a oportunidade, única em toda a América, de contar com um descendente da casa reinante na metrópole para encabeçar a independência. Era uma oportunidade de encaminhar a ruptura do pacto colonial correndo menores riscos de desagregação. A figura dinástica do príncipe português podia angariar a simpatia daqueles que respeitavam profundamente as instituições monárquicas, para não falar dos milhares de portugueses residentes no Brasil. Desta maneira, D. Pedro foi envolvido no projeto liberal e aceitou o papel que lhe foi proposto. É lógico que nessa história ele não era um mero joguete. Provavelmente, D. Pedro também se utilizou de seus amigos liberais para chegar ao trono. O fato é que se estabeleceu uma espécie de compromisso, através do qual a elite pró-independência aclamou o jovem Bragança imperador do Brasil, mas imperador constitucional. Isto significava que o poder lhe seria entregue, mas ele deveria governar de maneira liberal e respeitar uma Constituição a ser elaborada por representantes eleitos pela nação.

Seria difícil avaliar se e como os estratos mais baixos da população livre foram sensibilizados pela elite liberal. Quando D. Pedro recebeu ordens de voltar a Portugal, e ocorreu a mobilização para que ele as desobedecesse, a Câmara do Rio de Janeiro colheu oito mil assinaturas pró-Fico. Existem estimativas indicando uma população entre 100 mil e 150 mil pessoas vivendo na cidade naquele momento. No entanto, fenômenos como este foram episódicos e restritos a pouco centros urbanos. *Grosso modo*, a conquista da autonomia nacional foi obra da elite intelectual e burocrática (magistrados, padres, militares) associada à elite econômica.

É significativo que as idéias liberais tenham adquirido uma influência tão destacada no momento da independência. Uma parte da Europa estava em revolução novamente, após a explosão de 1789, e

quase toda a América Latina era convulsionada pela luta emancipacionista. A conjuntura parecia aos contemporâneos ser mesmo revolucionária. Nesse contexto, era muito delicado alguém se colocar contra as 'luzes'. Os liberais brasileiros chamavam de 'corcundas' os reacionários e conservadores, os quais formavam um grupo nada desprezível. À esquerda no espectro político estavam os republicanos, também chamados democratas, um grupo quase clandestino devido à perseguição policial.

De maneira ampla, a independência e a formação da nação foram percebidas através da ótica liberal. A nação brasileira independente estaria se livrando do jugo político da metrópole, com seu absolutismo, e do jugo econômico, consubstanciado no pacto colonial. Ainda na ótica e no discurso liberal, a construção da nação independente passaria pelo estabelecimento de um pacto social, que implementaria a soberania nacional. Um ponto nodal para o estabelecimento do pacto nacional seria a Constituinte e a criação de mecanismos representativos. A nação, conquistando sua liberdade e o direito de auto-organização, precisava delegar poderes a alguns representantes para que elaborassem a constituição. Esta era encarada como uma espécie de coroamento do novo pacto nacional. Se não houvesse liberdade, se não fossem criadas instituições representativas, se não se votasse uma constituição, não haveria de fato uma nação.

Como vimos, o pequeno grupo que encabeçou o processo de independência implementou um arranjo político que definia de antemão que o Brasil seria um Império Constitucional. Tratava-se de um compromisso entre a elite e D. Pedro, que foi aclamado por esta, mas deveria convocar uma Constituinte. Em princípio, o arranjo poderia ter funcionado perfeitamente bem, uma vez que a grande maioria da opinião era moderada. Ela queria uma nação livre, mas assentada nas bases da Monarquia Constitucional, e isto estava perfeitamente de acordo com a corrente dominante do liberalismo europeu. A elite brasileira queria igualar-se ao que chamava 'nações civilizadas', Inglaterra e França, basicamente.

Entretanto, ao longo dos trabalhos da Constituinte surgiram situações de conflito entre uma parte dos representantes da nação e o Imperador. Surgiram desavenças quanto ao entendimento dos limites do poder de cada um, as quais estavam ligadas à questão da soberania

nacional. Os defensores do Imperador e a opinião mais conservadora entendiam haver uma divisão da soberania nacional nas figuras de D. Pedro e da Constituinte. Os dois corpos possuiriam parcelas da soberania nacional. O Imperador concentraria na sua pessoa uma grande carga de legitimidade nacional, advinda do fato de ele ter sido aclamado pela nação. Nesta visão, os deputados eram reconhecidos como legítimos representantes nacionais, mas tinham de aceitar o fato de haver uma instituição nacional legítima anterior a eles, o Imperador. A própria Assembléia foi convocada por D. Pedro, e isto, para os conservadores, seria uma demonstração da sua legitimidade maior e de seu poder emanado da nação. Portanto, a soberania da Constituinte seria limitada, bem como seu poder. Os deputados eram representantes da nação, mas havia certas coisas nas quais eles não poderiam tocar. A monarquia era o principal destes pontos, ela tinha sido aclamada pela nação e era anterior e, para alguns, superior à Assembléia. Os constituintes não poderiam ousar pensar em mudar o sistema monárquico. Por esse motivo, alguns deputados republicanos não se interessaram em participar da Constituinte, recusando-se a assumir seus mandatos. Essa visão liberal moderada do papel da Constituinte pode ser representada por esse fragmento do discurso de um deputado: “A nação (...) elegeu um imperador constitucional, deu-lhe o poder executivo, e o declarou chefe hereditário; nisto nós não podemos bulir (...)”⁸

Contudo, havia deputados com posições radicais, os quais não aceitavam tranquilamente uma posição de subordinação da Assembléia em relação ao imperador. Consideravam que a soberania nacional residia, de fato, nos representantes eleitos do povo. Alguns, mais corajosos, afirmavam mesmo que a aclamação nacional de D. Pedro não era algo imutável, eterno, e sugeriam a possibilidade de o povo escolher outro representante máximo, dependendo da evolução da situação política. O fato é que emergiram conflitos entre os radicais da Constituinte e os moderados, defensores da proeminência do imperador. Conflitos que, no limite, levaram ao fechamento da Assembléia.

Há um exemplo interessante desta situação conflitiva, e que nos remete para os elementos simbólicos do poder. Na introdução deste trabalho fizemos referência à importância da questão simbólica no que diz respeito aos fenômenos políticos. A disputa entre alguns membros da Constituinte e o imperador, em relação à supremacia sobre a re-

apresentação da nação, assumiu também uma dimensão simbólica. Os fenômenos simbólicos, aparentemente superficiais, muitas vezes são profundamente reveladores dos mecanismos do poder.

Pouco após a instalação da Assembléia Constituinte ficou decidido que o imperador faria uma visita oficial à Casa. Imediatamente, tiveram início os preparativos cerimoniais para aquela ocasião solene, envolvendo os servidores do imperador e a direção da Assembléia. O curioso é que os detalhes do cerimonial acabaram se tornando objeto de debate entre os deputados, suscitando uma polêmica acalorada e relativamente longa. À primeira vista pode parecer surpreendente que aqueles homens investidos do poder constituinte, com tantos problemas sérios a tratar, tenham se disposto a perder tempo com discussões relacionadas à disposição de cadeiras e à vestimenta do Imperador no dia da visita. Mas essas questões aparentemente desprezíveis encerravam definições políticas essenciais. A polêmica teve início em função de uma proposta do cerimonial de que, na disposição dos assentos reservados às autoridades, o lugar destinado a D. Pedro I fosse colocado em destaque, num plano superior. Os radicais discordaram deste arranjo, não aceitavam que o assento do imperador fosse colocado num plano mais elevado em relação aos lugares destinados aos membros da mesa da Assembléia. Vejamos um trecho dos debates:

Sr. Dias: (...) sou de parecer que a posição que se lhe deve designar (refere-se ao imperador) seja sim distinta, mas no mesmo plano onde estiver o Sr. Presidente (da Assembléia), cabeça inseparável, naquele acto, do corpo moral que representa a nação, soberana e independente; e deixaria de o ser quando tivesse superior.

Sr. Andrada Machado: Confesso (...) que o que ouço passa toda a minha expectação, conquanto grande ela fosse. Que paridade ha entre o representante hereditario da nação inteira e os representantes temporarios?⁹

A questão política envolvida no posicionamento dos lugares fica clara: se os deputados aceitassem que D. Pedro tivesse seu assento colocado num plano mais elevado que o seu, simbolicamente e efetivamente estariam reconhecendo a superioridade do seu ocupante sobre os representantes eleitos da nação. É significativo que, após alguma discussão, a objeção foi derrotada e o cerimonial manteve o

imperador em destaque, o que revela que a posição radical era minoritária entre os deputados.

A maneira como estaria composta a figura imperial no ato da entrada do monarca no recinto da Assembléia foi igualmente objeto de debate. A polêmica era se ele deveria entrar usando a coroa e o cetro, símbolos do poder monárquico. Alguns parlamentares consideravam desrespeitoso para com a Casa se D. Pedro entrasse portando as insígnias monárquicas. Preferiam que ele não as ostentasse. Mais uma vez a questão simbólica sendo objeto de disputa política, justamente porque os símbolos encerram e revelam as manifestações do poder. A entrada do imperador envergando suas insígnias de poder dentro da casa dos deputados, dos representantes nacionais, simbolicamente representaria a sua supremacia. Nesse caso foi adotado um arranjo intermediário que implicava concessões de lado a lado. O imperador entrou sem a coroa e o cetro, mas eles foram levados solenemente sobre uma almofada por um serviçal. Além disso, ficou estabelecido que os deputados o receberiam de pé e somente se assentariam após o monarca.¹⁰

Um outro episódio revelador de como era delicado e conflitivo o compromisso entre os liberais e D. Pedro ocorreu a partir do discurso do Imperador na solenidade de abertura da Assembléia. Ele condicionou a sua aceitação da futura constituição: disse que a reconheceria desde que fosse digna dele e do Brasil. Essa fala, naturalmente, foi recebida com apreensão na Constituinte, onde muitos deputados sentiram uma ameaça de cerceamento a seu poder como representantes da nação. O imperador revelava, em seu discurso, sentir-se superior aos deputados, e com poder para julgar se a Carta elaborada por eles seria adequada ou não ao país. É digno de nota que ele não justificava sua intenção de opinar sobre o trabalho constituinte apenas baseado em sua vontade pessoal. A constituição teria de ser digna também do Brasil – na sua avaliação, claro –, o que revela a preocupação de legitimar a vontade imperial lançando mão de uma suposta defesa do interesse nacional.¹¹

Durante os oito meses de funcionamento da Assembléia Constituinte, este conflito latente entre os dois poderes que disputavam a primazia sobre a representação dos interesses nacionais evoluiu – ora mais intenso, ora menos – até a vitória do mais forte.

Mesmo sabendo que a primeira Constituinte brasileira foi interrompida bruscamente, vale a pena determo-nos um pouco sobre sua

obra. Na verdade, mesmo tendo sido fechada a Assembléia deixou uma marca profunda, uma vez que boa parte do seu trabalho foi aproveitado depois na constituição outorgada por D. Pedro I. Nosso maior interesse, entretanto, será analisar como foi entendida e tratada a questão nacional pelos deputados, os quais podemos considerar como representantes das elites do país. De fato, acreditamos poder encontrar nos Anais da Assembléia Constituinte um bom retrato da perspectiva da elite brasileira da época acerca do problema nacional. Este era um dos temas centrais na pauta das discussões, já que estava se tratando ali de organizar uma nação.

Como foi dito, grande parte dos deputados se inscreviam na órbita do pensamento liberal, e a formação da nação brasileira vai ser encarada por eles a partir desse viés. Mas como conceberiam a nação brasileira? Como esta seria formada? Prevalencia a idéia de que o que constitui a nação é um pacto social, implicando direitos e deveres políticos. A influência do pensamento liberal europeu, de Locke, Montesquieu e Benjamin Constant, é bastante significativa. A Constituinte era encarada como a fiadora do pacto fundador da nação, pois nela estariam reunidos os representantes dos cidadãos brasileiros, com poderes para sancionar e normatizar o pacto nacional.

E quem seriam os cidadãos da nação brasileira, os indivíduos celebrantes do pacto? Em primeiro lugar, os escravos estavam excluídos. Se eles eram coisa, propriedade, não podiam desfrutar de direitos e deveres conferidos pela cidadania. Neste início do século XIX eram raros os membros da elite favoráveis à abolição. Temia-se muito o efeito desorganizador para a economia se a escravidão fosse abolida. Afinal, o trabalho escravo era o responsável pela produção da riqueza que permitia a existência da elite, tanto a econômica quanto a política. Bloqueada a discussão sobre a abolição, estabelecia-se um consenso quanto à impossibilidade de conferir cidadania aos escravos. Dissenso houve, e acalorado, quanto à integração ou não dos libertos à nação brasileira. Alguns deputados, certamente inspirados num ânimo racista, defendiam que não se concedesse cidadania aos negros em hipótese nenhuma, nem mesmo aos libertos. Prevaleceu, porém, a opinião mais liberal de que os ex-escravos seriam aceitos na comunidade nacional brasileira.¹²

Como se vê, a nação brasileira surge excluindo uma parte considerável de seus filhos. A população escrava teve de aguardar a

abolição para ser integrada formalmente à nação. Mas, na prática, este processo tem sido muito complexo. A herança da escravidão ainda se faz presente sob a forma de um racismo que, embora freqüentemente seja pouco explícito, dificulta o estabelecimento de uma nação democrática.

Entretanto, os escravos não foram os únicos excluídos do arranjo político nacional pós-independência. Mesmo entre os indivíduos considerados cidadãos brasileiros havia distinções de qualificação. Alguns cidadãos não teriam acesso a direitos políticos, possuindo apenas os chamados direitos cívicos. O grupo de cidadãos que desfrutaria direitos plenos seria distinguido a partir de critérios censitários, ou seja, de riqueza. Diga-se de passagem, nada aí contrariava o liberalismo, apenas, em certa medida, a manutenção da escravidão.¹³ Democracia era outra coisa, a palavra era conhecida e utilizada, mas tinha uma conotação subversiva que a tornava inaceitável para os grupos dominantes.

Ainda em relação à caracterização da nação, outro tema explosivo ocupou os debates parlamentares: a integração da população de origem portuguesa. A pergunta era: incluir-se-iam os portugueses na cidadania brasileira? A discussão levantou muita polêmica, particularmente porque naquele momento o Brasil estava em guerra com Portugal, ainda que não declaradamente. Havia um sentimento antilusitano razoavelmente forte, embora difuso. Alguns dos constituintes estiveram em Portugal, em 1821, como representantes brasileiros nas cortes, e se ressentiam muito do tratamento lá recebido. Sentiram-se menosprezados e depreciados na sua condição de brasileiros. Dizia-se que em Portugal os brasileiros eram considerados bárbaros e ignorantes.

Apesar da animosidade contra Portugal, ninguém chegou a propor pura e simplesmente a expulsão dos portugueses: isto teria sido absurdo e impraticável. Polemizou-se quanto às condições mediante as quais os nascidos em Portugal seriam integrados. Os mais antilusitanos propuseram a exigência de um juramento formal de fidelidade ao Brasil por parte dos portugueses residentes, sob pena de expulsão. Venceu, contudo, uma outra posição, mais liberal e mais prudente politicamente. Argumentou-se contra o antilusitanismo lembrando-se os pressupostos liberais: o que caracterizava primordialmente a nação, mais do que o local de nascimento, era o pacto político. O indivíduo pertencia à nação não por causa do local de nascimento, mas por ter aceito participar de um pacto nacional relacionado a direitos e deveres.¹⁴ Além do mais, era

muito delicado, politicamente falando, lidar com a população de origem portuguesa. Ela era numerosa e poderosa social e economicamente, o que demandava um tratamento cuidadoso. Basta lembrar que o próprio imperador era português de nascimento. Aprovou-se, após longa polêmica, que seriam considerados cidadãos brasileiros todos os portugueses residentes no Brasil até o dia 12 de outubro de 1822, que expressa ou tacitamente se tivessem ligado à sociedade brasileira. Em termos práticos, seriam considerados brasileiros todos os residentes até a data citada, exceto se demonstrassem hostilidade à causa da independência.

A perspectiva dos deputados sobre a questão da imigração estrangeira é também bastante reveladora da nação que se projetava. A Assembléia debateu o assunto e os deputados demonstraram interesse em atrair imigrantes para o Brasil (europeus, naturalmente). Preocupavam-se em ocupar o país, imenso e despovoado (estimava-se que a população rondava os 4,5 milhões), e desenvolvê-lo com o auxílio de técnicas e capitais europeus. Mas, também, e isto foi explicitado, havia a expectativa de promover um branqueamento da população, composta por um contingente negro muito grande. Tão grande era o interesse nesse assunto que foi aprovado um dispositivo de liberdade religiosa com o objetivo de atrair a imigração de europeus não católicos. De imediato não foram produzidos resultados importantes, mas, no final do século, num momento em que as conjunturas interna e externa eram mais propícias, estabeleceu-se um fluxo migratório significativo, o qual alterou substancialmente a composição étnica do país.

Quanto à economia nacional, a visão dominante entre os deputados também era a liberal. Adam Smith era um autor conhecido e muito citado, e confiava-se bastante nas virtudes do livre comércio. Consentaneamente, foram retirados os entraves legais ao desenvolvimento da livre iniciativa no Brasil. Na prática, contudo, o liberalismo econômico implicava o fortalecimento do setor agroexportador, cuja outra face era a subordinação à indústria inglesa. Muitos membros da elite, então e por muito tempo ainda, achavam que o país deveria consolidar uma vocação agrarista, fornecendo bens primários e importando manufaturados. Alguns até admitiam ser interessante o desenvolvimento industrial, mas consideravam o livre-comércio a melhor forma de alcançá-lo. No entanto, a Assembléia aprovou um projeto isentando de impostos uma fábrica de ferro (Ipanema), demonstrando a existência de alguma

preocupação com o surgimento de uma indústria nacional.¹⁵ Essa medida, contudo, não caracteriza a existência de um nacionalismo econômico. Este é filho de outra época.

Conclusão

Passemos agora às observações finais, a título de conclusão. A opinião majoritária na Assembléia Constituinte, provavelmente representando o pensamento da maioria da elite brasileira da época, caminhava no sentido do estabelecimento de um arranjo nacional liberal moderado. Evidentemente, havia tendências à esquerda e à direita deste projeto também influentes, mas o liberalismo moderado prevaleceu. A nação imaginada e projetada pelos grupos dominantes deveria ser calcada na liberdade e na cidadania. Mas, esses atributos não eram destinados a todos e sim ao pequeno grupo constituído pelos brancos, livres e proprietários.

A elite que dirigiu a independência teve o mérito de encaminhar a construção da nação e do Estado nacional, mas o fez excluindo uma boa parte dos brasileiros. Exatamente por isso, o processo de formação de uma identidade nacional que envolvesse as camadas populares foi muito lento. Realmente, seria difícil esperar que a população pobre e negra se identificasse com um projeto nacional que a excluía.

O episódio do fechamento da Constituinte não alterou a essência da proposta nacional liberal, apenas depurou os arroubos mais radicais de algumas lideranças e definiu a primazia do imperador como representante nacional máximo, ou, como se dizia, chefe da nação.

No decreto no qual ordena o fechamento da Assembléia, D. Pedro invoca o interesse nacional para justificar seu ato:

Havendo eu convocado, como tinha direito de convocar, a assembléa geral constituinte e legislativa, (...) afim de salvar o Brazil dos perigos que lhe estavam imminentes, e havendo esta assembléa perjurado ao tão solemne juramento que prestou à nação de defender a integridade do Império, sua independencia e minha dynastia: Hei por bem, como imperador e defensor perpetuo do Brazil, dissolver a mesma assembléa.¹⁶

Curioso como, no nível do discurso político, a nação pode ensejar tanto a liberdade quanto o autoritarismo. Isso revela a centralidade que o imaginário nacional adquiriu como fonte de legitimação do poder. O exercício do poder de maneira arbitrária por parte do imperador necessitava ser travestido com as cores de uma suposta legitimidade nacional.¹⁷

Lamentável ironia: aqueles que deveriam ser os representantes máximos da nação e os garantidores da sua liberdade foram, pretensamente em seu nome e interesse, cassados e exilados.

Abstract

The article analyses the building of the national political imaginary in a crucial period: the Brazilian independence. After the rupture with Portugal it was necessary to establish a new political agreement, which implied in the constitution of a national imaginary. Main attention was given to the colonial elites, leaders of the independence process and central actors in the political scene. Furthermore, the paper analyses the debate concerning the national subject, which contained important political definitions to the Brazilian state structure.

Notas

- 1 HOBSBAWM, E. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 151.
- 2 WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world system*. New York: Academic Press, 1974.
- 3 Cf. BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- 4 A esse respeito é interessante a análise de Peter BURKE sobre a construção da imagem de Luís XIV. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- 5 Cf. LOPES, Marcos Antonio. *A imagem da realeza*. São Paulo: Ática, 1994.
- 6 No entanto, uma outra leitura da problemática nacional era possível. Essa outra perspectiva enfatiza mais os aspectos étnicos do que os políticos na caracterização da nação, mas só se tornou importante no

final do século XIX. Devido ao escopo do nosso trabalho não poderemos nos alongar na análise do nacionalismo de base étnica ou racista. Não é difícil perceber os efeitos nocivos que ele tem trazido para a humanidade, desde a ‘solução final’ nazista até o recente genocídio na Bósnia, em nome da purificação étnica. Cf. HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- 7 O seguinte excerto do discurso de um deputado da primeira Assembléia Constituinte do Brasil é bastante revelador a esse respeito: “Tem se dito o povo é soberano, e porque não se tem explicado bem que então se toma por povo toda a nação, se tem cahido no erro de se entender soberana qualquer parte da nação, porque também se chama povo a colleção dos habitantes de uma provincia, cidade, villa e mesmo de um pequeno arraial. Eu tenho visto actas de camaras, aonde bem expressa e positivamente se exprimem estas idéas” Deputado Carneiro de Campos. *Annais da Assembléia Constituinte de 1823*. Rio de Janeiro: Hyppolito José Pinto & Cia, 1876. Tomo 3, p. 125.
- 8 Deputado Andrada Machado. *Annais da Assembléia Constituinte de 1823*. Rio de Janeiro: Hyppolito José Pinto & Cia, 1876. Tomo 1, p.52.
- 9 *Annais ...* Tomo 1, p. 28.
- 10 “O Imperador entrará na sala da assembléa descoberto, sendo a corôa e o sceptro conduzidos por seus officiaes, e depositada em uma mesa à direita do throno. Quando o Imperador entrar, o presidente, os secretarios, e todos os deputados ficarão em pé até que o Imperador se assente no throno”. *Annais...* Tomo 1, p. 30.
- 11 “... devemos assentar, que o facta de participar das vantagens que a sociedade offerece , e de cumprir com as obrigações que ella impõe, é que tem sido considerado como fundamento, de que se quer ser cidadão daquella nação (....)”. Deputado Araújo Lima. *Annais ...* Tomo 2, p. 153.
- 12 RODRIGUES, José Honório. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 130.
- 13 O liberalismo clássico não era necessariamente contrário à escravidão. Locke, por exemplo, a considerava uma instituição normal, fruto da derrota militar. No século XIX, porém, surgiu uma vigorosa

crítica de inspiração liberal ao escravismo, fruto da combinação de preocupações humanitárias e cálculo econômico.

- 14 “... pois não é lugar do nascimento só por si o que constitue a qualquer cidadão desta ou daquela nação, porém sim o pacto social expresso, tacito ou presumido.” Deputado Carneiro de Campos. *Annais ...* . Tomo 2, p.121.
- 15 *Annais....* Tomo 1, p. 195.
- 16 *Annais ...* Tomo 6, p. 309.
- 17 Daí também a utilização de expressões pretendendo denotar a existência de vínculos entre a nação e o imperador: “representante nacional máximo”, “representante hereditário da nação”, “chefe da nação”.

Referências bibliográficas

- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- HOBBSAWM, E. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LOPES, Marcos Antonio. *A imagem da realeza*. São Paulo: Ática, 1994.
- RODRIGUES, José Honório. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world system*. New York: Academic Press, 1974.